

Movimentos e classes sociais: uma reflexão sobre o caráter de classe do *altermundialismo*

Santiane Arias (doutoranda em Ciência Política do IFCH/UNICAMP; membro dos grupos de pesquisas *Teoria das Classes Sociais e Neoliberalismo e relações de classes no Brasil* Cemarx)

Sobre a proposta de trabalho

A partir do presente trabalho, propomos encaminhar uma reflexão sobre o movimento *altermundialista* pautada no quadro analítico das classes sociais. O objetivo central desta discussão é entender em que medida e de que modo o *altermundialismo* insere-se no campo da luta de classes¹. Este desígnio primeiro desperta várias outras questões a ele associado, a saber: qual a composição de classe do movimento? Em que medida sua composição associa-se à forma de ação e, particularmente, ao projeto de transformação *altermundial*? Dito de outra maneira, em que medida as propostas encaminhadas por esses movimentos evidenciam interesses de uma classe e como situam-na entre as outras.

No sentido de avançar nestas questões, algumas dificuldades e elementos devem ser ponderados. Primeiro, a carência na literatura sobre movimentos sociais de análises baseadas nas classes. Nos estudos sobre os movimentos e protestos que vieram à tona, particularmente, a partir dos anos de 1980, prevaleceu certa perspectiva culturalista, na qual a questão da identidade, fundada em coletividades difusas, suplantava a solidariedade edificada na contradição de classes. Segundo, a marcante presença nestes movimentos de um grupo social que dificilmente poderia ser identificado com a classe operária. Soma-se a isto: a derrota de diversas ações engendradas pelo movimento operário ocasionadas pelo avanço de políticas neoliberais, e a crise do movimento socialista acentuada pelo fim do “socialismo real”. Enfim, dados que pareciam indicar para a derrocada final do proletariado e/ou para uma transformação radical da estrutura de classes e, portanto, para “novas” formas de sociabilidade e de ação política.

Sobre o debate teórico

Tentemos colocar as dificuldades sobreditas à luz do seu debate teórico. De fato, ante a crise político-ideológica as organizações de esquerda, sobretudo o movimento

¹ Por *altermundialismo* entendemos os movimentos e organizações ligadas ao Fórum Social Mundial.

operário, passaram por forte refluxo. E é justamente nesse cenário que se constata o florescimento dos movimentos sociais, com o crescimento e a diversificação de causas já tradicionais, como a ecologia e a igualdade de gêneros, acrescidas de muitas outras reivindicações em favor de grupos religiosos, étnicos e pela liberdade de orientação sexual. A associação parecia óbvia: a classe operária em declínio não era mais a força propulsora da construção da nova sociedade. Vejamos:

“o novo sujeito que surge é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários” (Gohn, 2000: 122)

O recuo do movimento operário e a emergência de *novos movimentos sociais* na cena política colocaram em questão a pertinência da concepção de classe na explicação da ação política. Assim, as concepções de movimentos e classes sociais pareciam afastar-se em sentidos opostos; por conta da sua ascensão na cena política, o primeiro crescia em importância na teoria social; enquanto o segundo, devido, entre outras coisas, ao refluxo político e à crise ideológica do movimento operário perdia espaço nos debates contemporâneos.

Associado a separação entre as duas problemáticas, inclusive reforçando-a, encontramos o crescimento de um grupo social que freqüentemente é denominado de classe média. Era inegável que os diversos movimentos de protesto contavam com forte presença de profissionais das “camadas intermediárias”, tal como os intelectuais. É nesse sentido que as classes médias puderam ser alçadas, por alguns autores, à condição de *novo sujeito histórico*, substituindo nesse papel a classe operária².

Mas, de um modo geral, para essa literatura, a constatação da expressiva participação desse conjunto social nos chamados *novos movimentos sociais* não implicava numa nova política de classes. Isto porque, as demandas desses “novos movimentos” apresentariam um “caráter universalista”, como, por exemplo, as reivindicações pela preservação ambiental, ou, representariam coletividades distintas das classes, como o movimento feminista. Em resumo, essas “novas formas” de ação coletiva se diferenciariam do “velho movimento operário” não apenas pelo modo de

²Na França, por exemplo, certo debate via no crescimento das classes médias um processo de *moyennisation* da sociedade, supondo com isto a destruição da estrutura de classes e, particularmente, o fim da luta de classes.

organização e atuação, mas, inclusive, por representarem interesses (gênero, raça, meio-ambiente) que atravessariam “os limites específicos” de uma classe. Nesse sentido:

“Os protagonistas dessas lutas não são as classes sociais, ao contrário do que se deu com o duo marshalliano cidadania-classe social no período do capitalismo organizado; são grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses colectivos por vezes muito localizados mas potencialmente universalizáveis. As formas de opressão e de exclusão contra as quais lutam não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais (por exemplo, o encerramento de uma central nuclear, a construção de uma creche ou de uma escola, a proibição de publicidade televisiva violenta), exigência que, em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstractos universais” (Santos, 2003: 261).

A relação entre classes e ação política estaria desfeita. Como diria Touraine (1989:15): “descobrimos que os conflitos de classe não representam mais os instrumentos de mudança histórica”. Deste modo, enquanto os estudiosos das classes sociais tendiam a pautar seus trabalhos sobre a estratificação social, verificada, particularmente, a partir de quadros estatísticos sobre a renda, as análises sobre os movimentos sociais destacavam seus vínculos com a “sociedade civil” e com a cultura (Sallum Jr., 2005).

Mas, e é importante perguntarmos, a ausência do proletariado nas crescentes mobilizações e reivindicações que ganham impulso a partir dos anos de 1970/1980, assumindo novo ânimo e perfil com os anos de 1990, permite-nos concluir que tais movimentos não possuem caráter classista?

Contrariando essa tendência, mas, ao mesmo tempo, situado dentro da problemática *pós-industrial*, Eder (2002: 35), partindo de uma concepção de classe a qual denominou de construtivista, afirma:

a sociedade pós-industrial está reorganizando sua base de classe e reorientando suas formas de mobilização. A relação entre classe e política muda necessariamente – mas classe e política são ainda as dimensões que possibilitam entender a dinâmica da sociedade emergente. A crise da política de classe é, em última instância, a crise de uma sociedade industrial em desaparecimento.

Teria surgido, portanto, “uma nova relação de classe”, diferente daquela ordenada pela sociedade industrial, na qual a classe operária daria o tom da ação política. Nesse sentido, os novos movimentos sociais “podem ser vistos como uma

manifestação de um novo tipo de relação de classe no qual ocorre a ‘constituição da classe média’ nas sociedades modernas avançadas” (Eder, 2002: 35).

Com efeito, o capitalismo do final do século passado trouxe consigo mudanças significativas. É digno de nota o avanço tecnológico das últimas décadas, particularmente no que tange a informatização. Nesse sentido, devem ser consideradas as alterações na concepção de espaço/tempo, fatores decisivos na produção de capital (Harvey, 2004). Também a reestruturação da produção, incorporando não apenas mudanças tecnológicas, mas organizacionais, incidindo diretamente sobre o processo de trabalho. No entanto, os elementos elencados poderiam aparecer como simples novidades ou rupturas essenciais se compreendidos como meras transformações sociais ou técnicas – mesmo quando subordinadas, num quadro de análise marxista ao avanço das forças produtivas. Mas, tais alterações podem adquirir dimensão mais acabada se aliada às relações de classes.

Em síntese, as mudanças indicadas seriam próprias ao processo histórico particular do capitalismo, qual seja: a busca por novas fontes de lucro e re-configuração da luta de classes.

É a partir dessa conformação que nasce o neoliberalismo. De acordo com Duménil e Lévy (2006), a partir de meados dos anos de 1970 inicia-se um processo de re-arranjo da luta de classes, no qual uma fração das classes dominante (a qual os autores denominaram finanças) exerce franca hegemonia. Em suas palavras:

O neoliberalismo é uma etapa do capitalismo, cujo traço principal é o reforço do poder e dos rendimentos da classe capitalista. Uma relação que envolve instituições financeiras e classes. Deste restabelecimento resulta uma entidade social híbrida, que nós denominamos finanças. Ela reúne a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras. Nesse sentido, pode-se designar esta ordem social como uma segunda hegemonia financeira, fazendo eco à primeira (do início do século XX à depressão de 1930) (Duménil & Lévy, 2006: 25)³

Os autores supracitados dedicam especial atenção à realidade europeia, isto é, em geral, aos resultados do fim do “compromisso keynesiano” e das novas relações entre as classes no marco do avanço do neoliberalismo na Europa. Mas, não obstante as diferenças, enquanto re-configuração da luta de classes, essa análise pode ser estendida

3 Tradução da autora.

à América Latina. Arceo e Basualdo (2007: 15) descrevem assim as transformações na região:

As inusitadas transformações sociais que se registraram nas sociedades latino-americanas no último quarto de século foram concomitantes com mudanças igualmente profundas nos setores dominantes. A ruptura ou debilitação, segundo cada país, do modelo de substituição supôs, junto com a modificação da composição e destino da produção e dos excedentes, mudanças de hegemonia dentro do bloco das classes dominantes e do peso dentro do mesmo do capital de origem externo, assim como a reestruturação de cada uma das frações que o integram e de suas ligações com o capital financeiro e produtivo transnacional⁴.

Sobre o *altermundialismo*

A discussão realizada suscitou-nos a curiosidade sobre as possíveis relações entre classes e *altermundialismo*. Esse movimento, reconhecido por sua composição diversificada e plural, possuiria caráter classista? Dito de outro modo, as suas reivindicações, sua forma de ação e organização, seriam próprias das classes médias?

Partimos desta **hipótese**. Mas, diferentemente de Eder (2002), que apresenta a relação entre classes médias e movimentos como uma “nova política de classe”, entende-se, tal como foi assinalado neste texto, que essa relação insere-se nos marcos das transformações do capitalismo e da luta de classes que o caracteriza nessa nova fase neoliberal.

Deste modo, o capitalismo contemporâneo não é apenas o pano de fundo no qual grupos e forças sociais e políticas, como o *altermundialismo*, atuam. E as transformações ocorridas não são simples reflexos de uma mudança de cenário do qual saem a classe operária e entram as classes médias e os novos movimentos sociais. Mas, qual a relação existente entre a abertura dos mercados, a privatização das empresas estatais, do crescimento do setor de serviços e da sua privatização, do aumento do desemprego, do trabalho informal e da chamada “flexibilização” das relações de trabalho com o refluxo do movimento operário e a emergência das grandes marchas de protestos que deram origem ao Fórum Social Mundial?

O predomínio do capital financeiro sobre o produtivo implicou em perdas ainda maiores para a classe operária – instabilidade, baixa dos salários, recuo dos direitos

⁴ Tradução da autora.

trabalhistas conquistados, desemprego e empobrecimento crescente. Todavia, quais as conseqüências dessas mudanças para as classes médias?

Para além dos resultados das privatizações de empresas públicas, particularmente do setor de serviços, e com elas todo um processo de redução de trabalhadores e terceirização, a hegemonia do capital financeiro e as mudanças organizacionais ocasionadas nas empresas também atingiram parte considerável dos trabalhadores não operários. Como bem indicou Sauviat (2005), a transferência da instabilidade do mundo financeiro para dentro das fábricas atingiu de modo violento o operariado, mas não deixou incólumes os assalariados de alta posição. Entre alguns dos efeitos constatados: redefinição na estrutura hierárquica da empresa, salários associados à produtividade, contrato de trabalho por tempo determinado e a alta concorrência do mercado de trabalho. Nas palavras da autora:

A satisfação das normas de rentabilidade financeira imposta pelos mercados e a aceleração induzida na circulação dos títulos de propriedade das empresas (surgimento de um mercado de controle das empresas) se deram conjuntamente com a degradação das condições de trabalho dos assalariados e o elevado crescimento das desigualdades de renda. Esta situação levou a uma maior instabilidade e insegurança no emprego, colocando não somente os operários mas, cada vez mais, os profissionais qualificados sob ameaça constante das relocalizações e das subcontratações (...) (Sauviat, 2005: 46).

É importante destacar a não uniformidade desse processo. Este variou não apenas em intensidade mas em conseqüências de região para região e de país para país, de acordo com a posição ocupada no quadro de forças imperialistas (centro/periferia) e com as lutas travadas no interior de cada formação social. É interessante notar que essas diferenças têm implicações, não apenas no âmbito do avanço da classe dominante, mas no perfil da resistência das classes dominadas. No *altermundialismo*, por exemplo, enquanto na Europa destaca-se a ação da ATTAC, na América Latina é digno de nota o papel da Via Campesina⁵.

No entanto, com relação à atuação nos Fóruns, de um modo geral, vem se destacando a presença de grupos sociais que dificilmente seriam associados à classe operária ou ao campesinato. Nesse sentido, informações sobre a composição social dos

⁵ Neste sentido, portanto, não se exclui a presença de outras classes, como a camponesa, por exemplo, em alguns movimentos ligados ao FSM e, portanto, ao *altermundialismo*. O que apresentamos aqui, no entanto, diz respeito à natureza de classe da proposta *altermundial* que, segundo a nossa hipótese, é pautada nos interesses e nos horizontes de transformação próprios as classes médias. O que indicaria também, claro, a forte presença deste grupo nos movimentos e nas organizações que o integram.

encontros *altermundiais* podem servir como um primeiro indicativo da sua natureza de classe. Nos eventos anuais é muito expressiva a presença de jovens, universitários e profissionais de ONGs. Dados apresentados pelo IBASE (2006: 1) sobre a última edição do FSM indicam que “na Venezuela, 79,4% estavam cursando ou haviam cursado o terceiro grau, e 72,4% em Mali, sendo que um quarto dos participantes na África tinha mestrado ou doutorado”. Quanto à ocupação:

(...) 43,2% trabalham para instituições ou ONGs (esta percentagem atinge os 44,2% no caso dos delegados) e 36% são funcionários públicos. 4,3% trabalham na indústria e 3,3% na agricultura. 12,9% trabalham no comércio. O sector terciário (serviços) é, assim, o sector de actividade mais representado: preenche 79,5% das ocupações dos participantes que têm emprego. Relativamente à classe social, parece prevalecer a pequena burguesia assalariada” (Santos, 2005: 57).

Os números acima citados não encerram a questão, mas nos apresentam fortes indícios sobre a presença marcante de setores das classes médias no movimento. Caberia, no entanto, relacionar esse elemento ao seu projeto político. A esse respeito um complicador: o Fórum Social não possui nenhum programa e não produz nenhum documento de luta e reivindicações conjuntas. Durante os encontros, movimentos, organizações e entidades apresentam e discutem questões das mais variadas, havendo, em diversos contextos, discordância sobre o papel do FSM.

Diferenças à parte, existem algumas campanhas que aglutinam praticamente todos os envolvidos. Entre as mais importantes encontram-se: a campanha pela anulação da dívida externa e a tributação do capital financeiro; a primeira levada adiante, sobretudo, pelo *Jubileu 2000*; a última polarizada pela ATTAC (*Associação pela Tributação das Transações Financeiras para o Apoio aos Cidadãos*), através da defesa da aplicação da taxa Tobin.

Diante da ausência de um projeto político unificado e do nosso propósito de prosseguir na análise de classes do *altermundialismo*, sigamos adiante com um exame mais atencioso da ATTAC. A escolha desta associação como *locus* de investigação não é aleatória. A ATTAC é considerada um dos principais órgãos fundadores do FSM, se tornando uma das faces mais públicas do *altermundialismo*. Ademais, desde o encontro *Outro Davos*, realizado em 1999, ela vem caracterizando-se pelos esforços em consolidar a convergência dos movimentos sociais em torno da construção de alternativas ao neoliberalismo (Houtart & Polet, 2002). Acrescenta-se a esses dois

aspectos o fato da ATTAC ter sido criada em 1998, praticamente junto com o movimento⁶.

Em seu trabalho de doutorado, Cruzel (2003) traça o perfil dos participantes da ATTAC França (Comitês de Gironde e de Haute-Garonne). Com base no que denominou sociologia do engajamento, a autora analisa a trajetória militante dos atacantes, identificando pontos comuns, como, por exemplo, uma “carreira militante humanitária” – fruto de experiências comunitárias, sobretudo, religiosas. De acordo com Cruzel (2003), as entrevistas realizadas evidenciaram regularidades biográficas que poderiam iluminar as formas de engajamento *altermundial*.

O que a autora não questiona, no entanto, é o porquê da semelhança do percurso político desses indivíduos. Nesse sentido, afigura-se outro elemento importante presente nas entrevistas, qual seja, a ocupação dos entrevistados. Entre os entrevistados encontram-se: engenheiros elétricos, engenheiros, gestores de empresa, aposentados, assistente sociais, professores e bibliotecários.

O comitê mais forte e organizado, no entanto, é o de Paris. Composto por um conselho científico, um presidente e representantes internacionais, parte significativa do de seus membros é de intelectuais. Mas, além da participação direta, a ATTAC conta com a presença de diversas organizações e entidades que compartilham de sua campanha central. Entre eles estão: as ONGs, como a *Agir ici*; os Centros de Estudos e Pesquisas, como a *Clacso*; Associações de jornalistas, como a *Association Cunter Holzmann*; editores de jornais e revistas, como o *Le monde diplomatique* e a *Alternatives Economiques*; Sindicatos e Associações ligadas ao ensino médio e superior: como *Le syndicat de tous les enseignants du supérieur*, *Ligue de l'enseignant*; Associações de pequenos empresários, como a *APYME*; Sindicatos agrícolas, como a *Confédération paysanne*.

Entre as propostas que unificam os diversos comitês locais e as demais associações estão: a já citada taxa Tobin – tributação que seria arrecada essencialmente entre os países industrializados, onde estariam localizadas as grandes praças financeiras. Essa taxa poderia ser utilizada, segundo seus militantes, no desenvolvimento de projetos

⁶ O projeto da ATTAC nasceu em 1997 do editorial (*Desarmem os mercados!*) de Ignácio Ramonet, então redator-chefe do *Le monde diplomatique*. Todavia, a associação foi fundada oficialmente em 1998 por um colégio de fundadores, entre os quais: Bernard Cassen e Susan George, também colaboradores do periódico. Um ano depois a ATTAC contava com aproximadamente nove mil membros e mais de cem comitês locais, estendendo-se depois para mais trinta países, entre os quais o Brasil. Na atualidade, a organização está presente em 50 países e só na França são 30.000 membros distribuídos em 215 Comitês Locais.

sociais que “amenizassem a desigualdade”; a construção de outra União Européia; o fim de projetos como o AMI; o fim do FMI e a anulação da dívida dos países do “terceiro mundo”; a supressão dos paraísos fiscais; o estabelecimento da base regional como lugar de resistência econômica; divisão mundial das tecnologias; proteção eficaz dos recursos não renováveis; normas de proteção das riquezas biológicas; legislação do trabalho nos níveis regional e internacional; democratização das Nações Unidas.

Trata-se, ainda, de um breve mapeamento da composição social da organização e do seu posicionamento frente algumas questões políticas e econômicas engendradas pelo neoliberalismo. Certamente, esses elementos não são por si só suficientes para explicitar os diferentes nexos que inter-relacionam posição de classe e ação política. Cabe-nos: discutir com mais rigor a situação das classes médias dentro do modo de produção capitalista, de modo a situa-la frente à luta de classes que caracteriza o capitalismo; analisar de que maneira o neoliberalismo redesenhou a relação entre as classes, afetando não apenas os capitalistas e o operariado, mas, inclusive, trabalhadores assalariados não-operários; examinar as mediações estabelecidas entre classes, interesses, formas de ação e projeto de transformação. Para, então, avançarmos numa análise de classe do *altermundialismo*.

Referências bibliográficas

- ARCEO, Enrique; BASUALDO, Eduardo. Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo. In: <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&q=cache:gWz1Bh2dqkJ:bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/DocInicial.pdf+arceo+los+cambios>, 25/03/2007
- CRUZEL, Elise. *Trajectoires militantes à ATTAC: les adhérents de Gironde et Haute-Garonne*. In: <http://www.afsp.mshparis.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03cruzel.pdf>. 12/11/2006.
- CHESSAIS, François; DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique. “La finance capitaliste: rapports de production et rapports de classe. In: DUMÉNIL, Gerard; LEVY, Dominique [et at]. *La finance capitaliste*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006, p.131-180.
- EDER, Klaus. *A nova política de classes*. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- GREFE, Christiane. *ATTAC: o que querem os críticos da globalização*. São Paulo: Globo, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

- HOUTART, François; POLET, François (orgs). *Outro Davos – mundialização de resistências e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.
- IBASE. *Fórum Social Mundial*. In: <http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1070>, dia 15/07/2007, às 14:42 h.
- SALLUM Jr., Brasília. *Classes, Cultura e Ação Coletiva*. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.65, 2005, p.11-42.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial – manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SAUVIAT, Catherine. “Os efeitos do novo poder da finança nos Estados Unidos: empresas fragilizadas e trabalhadores inseguros”. In: FERREIRA, Carla; SCHERER, André Forti (orgs.). *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro – reflexões e alternativas*. Lajeado: UNIVATES, 2005.
- TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais – para evitar mal-entendidos”. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.17, 1989, p.5-18.